

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CUMARU - PE



Documento Assinado Digitalmente por: WELSON MACIEL DA SILVA, ANTONIO AMER
Assinado em: 2016/09/28 12:28
Acesse em: https://eic.cespe.gov.br/ep/validaDoc.seam?codigo_documento=da006b-9c-28

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		4.027.533,54	2.946.511,82
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	B	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		4.027.533,54	2.946.511,82
Ingressos Extraorçamentários		661.228,26	416.782,90
Transferências Financeiras Recebidas		3.366.305,28	2.529.728,92
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)		3.978.593,48	2.860.106,23
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	C	3.378.653,41	2.463.055,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	D 1	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	B 1	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1	599.940,07	397.050,41
Desembolsos Extra-Orçamentários	1	599.940,07	397.050,41
Transferências Financeiras Concedidas	1	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	1	48.940,06	86.354,59

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	2	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	2	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS	2	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	2	48.645,00	85.602,49
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	2	48.645,00	85.602,49
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	2	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	2	-48.645,00	-85.602,49

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	3	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	3	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE FINANCIAMENTO		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS	3	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	3	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	3	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS	3	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	3	0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
---------------------------------------	------	-----------------	--------------------

Layout conforme IPC 08 - STN

CAMARA MUNICIPAL DE CUMARU - PE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO
ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CUMARU - PE

Exercício de 2025



Documento Assinado Digitalmente por: WELISSON MANOEL DA SILVA
Acesse em: https://cfece.leg.br/epi/validaDoc.seam?codigo_documento=da346a1b-9c91-4099-b6ad-8215591d453e

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	4	940,95	88,95
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	4	295,06	22,00
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4	1.236,01	110,95

B - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		0,00	0,00
Intergovernamentais		0,00	0,00
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas		0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
Intergovernamentais		0,00	0,00
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		0,00	0,00
a Consórcios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras transferências concedidas		0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas		0,00	0,00

ANTONIO AMÉRICO JESUS MENDES DE MEDEIROS
PRESIDENTE
009.771.324-47

WELISSON MANOEL DA SILVA
CONTADOR
CRC-PE N° 031693/O-8

CAMARA MUNICIPAL DE CUMARU - PE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO
ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CUMARU - PE

Exercício de 2025



Documento Assinado Digitalmente por WELISSON MANOEL DA SILVA
Acesse em: https://etce.ice.pe.gov.br/validaDoc.seam?codigo_documento=da346a1b-9c91-4d99-bead-821959f0d453e

C - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA		3.378.653,41	2.463.095,82
ESSENCIAL À JUSTIÇA		0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00
DEFESA NACIONAL		0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA		0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES		0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00
SAÚDE		0,00	0,00
TRABALHO		0,00	0,00
EDUCAÇÃO		0,00	0,00
CULTURA		0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA		0,00	0,00
URBANISMO		0,00	0,00
HABITAÇÃO		0,00	0,00
SANEAMENTO		0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL		0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		0,00	0,00
AGRICULTURA		0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		0,00	0,00
INDÚSTRIA		0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS		0,00	0,00
COMUNICAÇÕES		0,00	0,00
ENERGIA		0,00	0,00
TRANSPORTE		0,00	0,00
DESPORTO E LAZER		0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS		0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00
JUDICIÁRIA		0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		3.378.653,41	2.463.095,82

D - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00

ANTONIO AMÉRICO JESUS MENDES DE MEDEIROS
PRESIDENTE
009.771.324-47

WELISSON MANOEL DA SILVA
CONTADOR
CRC-PE N° 031693/O-8



a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade:

Câmara Municipal de Cumaru

CNPJ:

08.985.418/0001-07

Endereço da entidade:

Avenida Ozório Ferreira dos Santos, S/N, Centro, CEP: 55.655-000

Natureza jurídica da entidade:

A Câmara de Vereadores de Cumaru -PE é concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”.

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A Câmara de Vereadores de Cumaru -PE possui como atividade principal a “Administração pública em geral”. Sua atividade financeira origina-se, exclusivamente, do recolhimento de duodécimo da Prefeitura Municipal, da arrecadação de rendimentos de depósitos bancários e de outras eventuais receitas.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 26, de 18 de Dezembro de 2024, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 25, de 18 de Dezembro de 2024 e Portaria STN/MF nº 2.016, de 18 de Dezembro de 2024 que estabeleceram o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 11ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis e NBC TSP 17 – Demonstrações Contábeis Consolidadas. Por fim, este demonstrativo está em conformidade com o exigido para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e está seguindo as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC), do TCE-PE.

Nome do(a) Gestor(a):

Nome: Antônio Américo Jesus Mendes de Medeiros

Cargo: Vereador Presidente

Período de gestão: 01/01/2025 a 31/12/2025

Nome e CRC do(a) contador(a) responsável:

Nome: Welisson Manoel da Silva

CRC nº 031693/O-8

E-mail: welisson@naap.com.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Base de Mensuração utilizadas:

De acordo com o MCASP, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 11ª edição.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:



Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis no que se refere a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Critérios para Reconhecimento de Receitas e Despesas:

As receitas e despesas da DFC seguirão o regime contábil de Caixa, visto que se trata de um demonstrativo exclusivamente de fluxo de natureza financeira. Além disso, de acordo com o MCASP vigente, este demonstrativo deve ser elaborado pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa.

c) DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA E SEUS ASPECTOS:

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Além disso, também pode ser analisado a parcela dos recursos utilizada para pagamento de dívidas e investimentos, se comparado com o resultado do período e com o passivo.

A DFC, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público vigente, é composta por:

- Quadro Principal;
- Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
- Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função;
- Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Quadro Principal:

Este quadro demonstra as entradas e saídas de recursos relativas às Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento da entidade.

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas:

Este quadro detalha as transferências recebidas e concedidas, seja entre entidades do mesmo município, seja de/entre outros entes da Federação.

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função:

Neste quadro detalha-se os pagamentos por função orçamentária.

Quadro de Juros e Encargos da Dívida:

Este quadro expõe o comportamento dos juros e outros encargos da dívida (interna ou externa).

d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

d.1) A seguir, serão demonstradas, de forma sistemática, as referências cruzadas com o título “Nota” e com seu respectivo número, baseadas nas informações do demonstrativo contábil, possibilitando uma melhor interpretação dos usuários.

NOTA 1 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:

O fluxo de caixa líquido, que é mensurado através da diferença entre os ingressos e os desembolsos do exercício de 2025, totalizou: R\$ 48.940,06.

NOTA 2 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:

O fluxo de caixa líquido foi de: R\$ 48.645,00.

NOTA 3 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:

O fluxo de caixa líquido foi de: R\$ 0,00.

NOTA 4 – APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO:

O valor do caixa e equivalente de caixa vindo do exercício de 2024 foi R\$ 940,95. Ao final de 2025, o valor encontrado foi R\$ 1.236,01. Houve um aumento de R\$ 295,06.



1ª Observação à nota 4 - Itens incluídos em Caixa e Equivalentes de Caixa na DFC:

De acordo com o MCASP vigente, estão compreendidos em Caixa e equivalentes de caixa o numerário em espécie (dinheiro) e depósitos bancários disponíveis, além de aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez.

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ENTRE A DFC E O BALANÇO PATRIMONIAL:		
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Saldo em Caixa e Equivalentes)	Balanço Patrimonial (Saldo em Caixa e Equivalentes)	Diferença
R\$ 1.236,01	R\$ 1.236,01	R\$ 0,00

Não há divergência entre os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) em relação ao Balanço Patrimonial.

2ª Observação à nota 4 – Detalhamento dos saldos dos fluxos de caixa iniciais e finais:

Detalhamento dos saldos dos fluxos de caixa iniciais e finais do ano de 2025, detalhando os valores de “caixa e equivalentes de caixa”, separando os valores referentes a “investimentos e aplicações temporárias”, atreladas ao RPPS deste município, facilitando a compreensão dos valores que envolvem o Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e o Fluxo de Caixa.

DETALHAMENTO SALDO INICIAL (01/01/2025)

Caixa e equivalentes de caixa (saldo inicial)	R\$ 940,95
Investimentos e aplicações temporárias (saldo inicial)	R\$ 0,00
Total	R\$ 940,95

DETALHAMENTO SALDO FINAL (31/12/2025)

Caixa e equivalentes de caixa (saldo final)	R\$ 1.236,01
Investimentos e aplicações temporárias (saldo final)	R\$ 0,00
Total	R\$ 1.236,01

e) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Divulgações não financeiras:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. Reconhecimentos de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

4. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOLICITADAS NO ANEXO XVII DA RESOLUÇÃO TC Nº 299 DE 2025:

1. Itens mais relevantes que compõem o Fluxo de Caixa:

Descrição	2025	2024
Pessoal e Demais Despesas	R\$ 3.378.653,41	R\$ 2.463.095,82
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 3.366.305,28	R\$ 2.529.758,12



2. Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa mantidos, que não estão disponíveis para uso imediato:

Saldo em 31/12/2024:	Saldo em 31/12/2025:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

3. Informações relevantes sobre Transações de Investimento e Financiamento que não envolvem o uso de caixa:

Saldo em 31/12/2024:	Saldo em 31/12/2025:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

4. Ajustes relacionado às Retenções:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

5. Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas nesta Demonstração, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.
--